

Secretaria de Desenvolvimento Social

2016

Censo SUAS

CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CENSO SUAS

Conselhos Municipais e Estadual
Estado de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Governador do Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Floriano Pesaro

Chefe de Gabinete

Mendy Tal

Coordenador de Gestão Estratégica

João Rafael Calvo da Silva

Edição 2018

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

João Rafael Calvo da Silva

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Itagira de Sena Pires

Priscila de Souza

CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DO TEXTO

Grupo de Monitoramento e Avaliação

Itagira de Sena Pires

Márcia Lima Bandeira

Priscila de Souza

Thais Ferraz Pinto (Estagiária)

Contato pelo e-mail: infosocial@sp.gov.br

VALIDAÇÃO TÉCNICA:

Grupo de Gestão de Cadastros

Liliana Milan de Brito

ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (EDESP)

Maria Isabel L. da Cunha Soares

André Luiz Machado de Lima

COMUNICAÇÃO

Denise M. Valsechi Púlici (divulgação)

Gustavo Costa Palladini (arte da capa)

S241a São Paulo (*Estado*). *Secretaria de Desenvolvimento Social*.

Censo SUAS: CRAS – Estado de São Paulo 2016 [recurso eletrônico] / Secretaria de Desenvolvimento Social. -- São Paulo : Secretaria de Desenvolvimento Social, 2018.

67 p.: gráfs., tabs.

Formato: Adobe Acrobat Document (pdf.)

Modo de acesso: Internet. -- (Censo SUAS)

ISBN 978-85-7299-033-2 (recurso eletrônico)

1. Políticas Públicas 2. Política de Assistência Social 3. Diagnóstico da Assistência Social 4. Planejamento da Assistência Social 5. Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) I. Título. II. Série.

CDU 364.046.4

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação, Biblioteca e Arquivo da Secretaria de Desenvolvimento Social
Claudete Manoel dos Santos (Bibliotecária)
Maria do Carmo Malaquias (apoio)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
CONSELHOS MUNICIPAIS ASSISTÊNCIA SOCIAL	9
LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES	10
ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL.....	11
SECRETARIA EXECUTIVA	14
DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	14
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS.....	18
BIBLIOGRAFIA	21
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	23
LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÃO.....	23
ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO ESTADUAL	23
SECRETARIA EXECUTIVA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	25
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL	27
BIBLIOGRAFIA	29
ANEXO A – TABELAS CONSELHOS MUNICIPAIS.....	31
BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES	31
BLOCO 3 – ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO	34
BLOCO 4 – SECRETARIA EXECUTIVA	41
BLOCO 5 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	41
BLOCO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO	52
ANEXO B – TABELAS CONSELHO ESTADUAL.....	60
IDENTIFICAÇÃO.....	60
BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES	60
BLOCO 3 - INFRAESTRUTURA	61
BLOCO 4 - DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	63
BLOCO 5 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO	67

APRESENTAÇÃO

Os Conselhos Estaduais de Assistência Social, assim como os Conselhos Municipais de Assistência Social, são instâncias de controle social e de deliberação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil e devem zelar pela aplicação das normas e resoluções da política pública. E estão vinculadas aos órgãos gestores para a manutenção e garantia de despesas.

Por princípio da descentralização, o Conselho Estadual de Assistência Social tem o papel de subsidiar os Conselhos Municipais, quanto à aplicação de normas federais, visando à concessão de registros e certificados de fins filantrópicos às entidades privadas prestadoras de serviços.

A partir das questões apresentadas no Censo SUAS 2016, temos um panorama geral de como o Conselho Estadual de Assistência Social está organizado e, também, da sua atuação diante da normativa estabelecida na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e na Norma Operacional Básica (NOB) SUAS 2012.

No ano de 2016, dos 645 municípios do Estado, 633 responderam ao questionário “Conselho de Assistência Social” e afirmaram possuir Conselho Municipal de Assistência Social. São 26 municípios a mais que no ano anterior, quando houve 607 municípios respondentes deste questionário.

Esta publicação, que compõe os sete cadernos temáticos “Censo SUAS” organizados anualmente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), traz sistematizadas informações relevantes sobre as estruturas físicas e de gestão, recursos humanos e oferta de serviços e benefícios no Estado de São Paulo.

A Seds conduz programas promotores de acesso e defesa de garantia de direitos. Para cumprir o seu papel, também financia, monitora, orienta e avalia a atuação dos municípios, dentro dos parâmetros do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A divulgação do Censo SUAS 2016 é estratégica para o bom uso dos recursos públicos, além de fortalecer a participação social, a democracia e assegurar o direito ao acesso a programas e serviços.

Boa Leitura!

Floriano Pesaro

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social



Conselhos Municipais

CONSELHOS MUNICIPAIS ASSISTÊNCIA SOCIAL

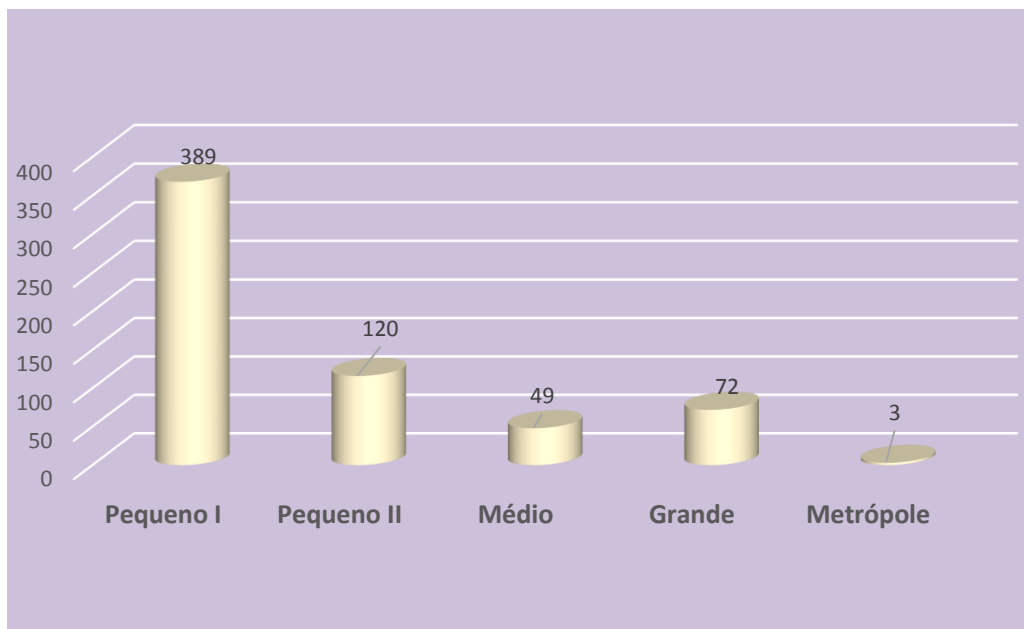
Para analisar os resultados do CENSO SUAS 2016, com relação ao desempenho dos Conselhos Municipais de Assistência Social são necessárias algumas considerações sobre o seu papel e a sua importância no fortalecimento do SUAS.

A legislação que organiza a política de assistência social no sistema único, de maneira geral, regulamenta que os Conselhos de Assistência Social tem como diretriz a participação popular por meio de organizações representativas na formulação e controle das ações; tem a responsabilidade na inscrição, funcionamento e aprovação de planos para celebração de convênios das entidades e organizações da área com os entes federados; se utilizam dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Suas e do Programa Bolsa Família - IGDPBF para o seu fortalecimento; estabelecem critérios para o repasse de recursos financeiros do Estado para os Municípios para o custeio do pagamento dos benefícios eventuais. São instâncias deliberativas do Suas formal com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil e, estão vinculadas aos órgãos gestores para a manutenção e garantia de despesas; tem por princípio a garantia incondicional do exercício do direito à participação democrática dos usuários, com incentivo e apoio à organização de fóruns, Conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares, potencializando práticas participativas; aprova ou revisa o planejamento da gestão para o alcance de metas de aprimoramento do SUAS; e acompanha a execução dos Planos de Providências. Estas funções e responsabilidades estão previstas no artigo 204 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 9, 10, 22 e 24 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993; nas alterações dos artigos 6, 9, 22 e 24 e na inclusão do parágrafo 4º do artigo 12-A, na inclusão dos artigos 13 e 16 da Lei nº 12.435 de 2011 que altera a LOAS; e nos artigos 6, 32, 40 e 42 da Norma Operacional Básica (NOB) SUAS de 2012.

Conhecendo melhor as atribuições dos Conselhos, verifica-se a importância da sua efetivação na defesa da política pública de assistência social no Estado de São Paulo. No ano de 2016, dos 645 municípios do Estado, 633 responderam ao questionário “Conselho de Assistência Social” e afirmaram possuir Conselho Municipal de Assistência Social¹, são 26 municípios a mais que no ano anterior, onde foram 607 municípios respondentes deste questionário. A distribuição dos municípios por porte esta demonstrada no gráfico a seguir.

¹ Consultando o sistema PMAS – Plano Municipal de Assistência Social da SEDS, nos anos de 2015 e 2016 todos os 645 municípios do estado declararam possuir Conselho Municipal de Assistência Social.

GRÁFICO 1: NÚMERO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR PORTE POPULACIONAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2016.

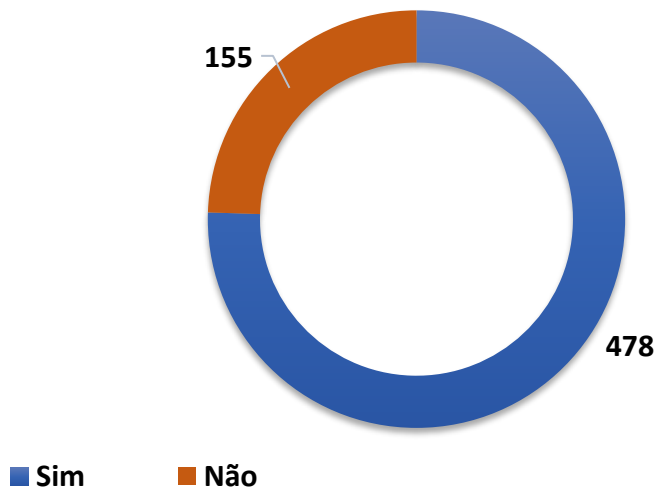
Considerando que todos os municípios do Estado de São Paulo já possuem Conselhos Municipais de Assistência Social, entende-se que 12 deles não responderam ao questionário sobre o tema apresentado.

LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES

Há 26 anos, a Constituição Federal de 1988, no item II do artigo 204, estabelece como diretriz, na área de assistência social, a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Observa-se que, no Estado de São Paulo, o período de 1995 a 2004, houve a criação de 555 Conselhos Municipais de Assistência Social, ou seja, 91,4% dos Conselhos que responderam o Censo.

Dos 633 municípios que responderam ao CENSO SUAS, os dados apontam que em todos eles houve alteração na lei de criação dos Conselhos. O maior período destas ocorrências foi entre os anos de 2013 a 2016. Entre o universo de 633 Conselhos Municipais, 478 possuem regimento interno, conforme demonstrado no Gráfico abaixo.

GRÁFICO 2: NÚMERO DE CONSELHOS MUNICIPAIS QUE POSSUEM REGIMENTO INTERNO, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2016.

ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL

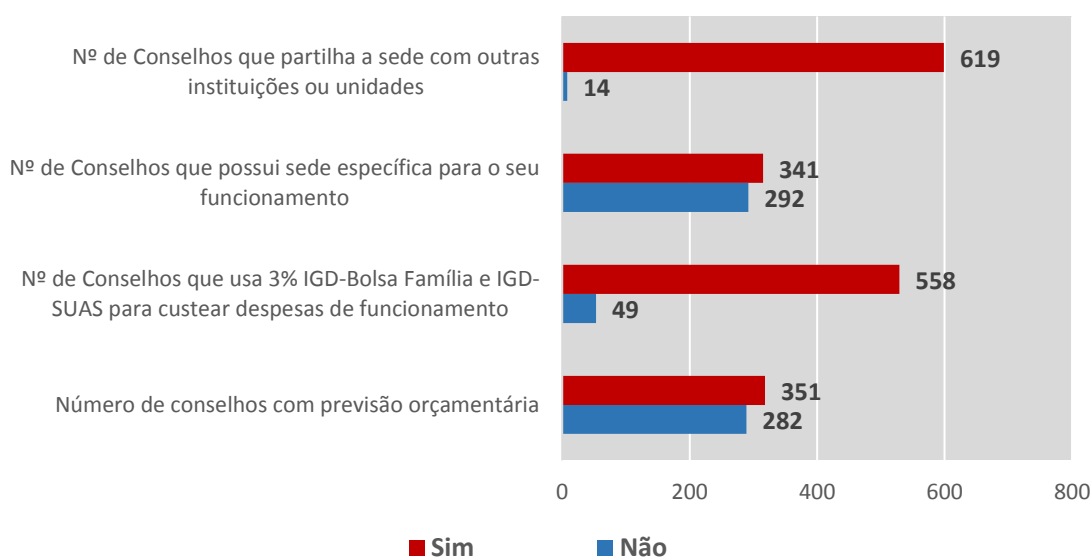
Na LOAS, Lei n.º 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011, em seu artigo 6º, são apresentados os objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a organização da forma descentralizada e participativa, os quais integram os entes federativos, os respectivos Conselhos de Assistência Social, bem como as entidades e organizações da área. O parágrafo 4º do artigo 12-A descreve o apoio financeiro da União para o aprimoramento da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Suas, para a utilização no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal para fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social e que o percentual dos recursos transferidos deverá ser gasto com atividades de apoio técnico e operacional àqueles colegiados, na forma fixada pelo ente federal, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de pessoal efetivo e de gratificações de qualquer natureza ao servidor público.

Os dados demonstram que em 2016, existiam 351 Conselhos que possuíam na lei orçamentária municipal, previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à sua manutenção e funcionamento. Isto demonstra que, na comparação com o ano de

2015, houve um aumento de aproximadamente 1,8%, dentre os que responderam o CENSO SUAS.

Os Índices de Gestão Descentralizada do SUAS e do Programa Bolsa Família (PBF) foram criados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e são instrumentos de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais (IGD-SUAS) e do PBF (IGD-PBF). Estes índices são utilizados como critério para repasse de recursos (quanto maior o índice, maior o repasse), podem inclusive ser destinados ao apoio técnico e operacional aos Conselhos de Assistência Social, observado o percentual mínimo de 3% fixado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme estabelece o decreto n.º 7.636/2011. No caso do IGD-PBF, esse recurso é repassado ao Conselho, somente quando este é a instância de controle social do PBF e do Cadastro Único. Em 2016, 558 (88,2%) Conselhos fizeram uso desses recursos para custear suas despesas. O gráfico 3, demonstra que, 341 Conselhos (53,9%) possuíam local/sede, específico para seu funcionamento e 292 (46,1%) não possuíam, os Conselhos que partilham a sede com outras instituições ou unidades, mesmo aqueles com local específico, somam 619 (97,8%) dos que responderam.

GRÁFICO 3: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS QUE COMPARTILHAM SEDE, FAZEM USO DOS 3% DOS ÍNDICES DE GESTÃO DESCENTRALIZADA (IGD-BOLSA FAMÍLIA E IGD-SUAS) PARA CUSTEAR DESPESAS DE SEU FUNCIONAMENTO, ETC ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2016.

Quanto aos equipamentos e materiais disponíveis para o desenvolvimento de suas atividades, conforme demonstra a tabela 1, a quase totalidade dos Conselhos possui telefone de uso compartilhado (90,4%) e material de escritório (96,4%), veículo de uso compartilhado (78,8%), máquina copiadora (65,4%) e impressora (86,3%). Os recursos menos presentes eram telefone de uso exclusivo (12,0%), veículo de uso exclusivo (2,5%) e filmadora (6,8%).

TABELA 1: EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DISPONÍVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.

	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº de Conselhos que responderam (%)
Telefone de uso exclusivo do Conselho	76	1,8
Telefone de uso compartilhado	572	13,7
Material de escritório	610	14,6
Equipamento de som	247	5,9
Televisão (TV)	201	4,8
DVD/Vídeo Cassete	134	3,2
Datashow	369	8,8
Máquina Fotográfica	269	6,4
Veículo de uso exclusivo	16	0,4
Veículo de uso compartilhado	499	11,9
Acervo bibliográfico	180	4,3
Máquina Copiadora	414	9,9
Filmadora	43	1,0
Impressora	546	13,1

Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2016.

Com relação à quantidade de computadores de uso exclusivo, em 2016, no universo de 633 Conselhos, 622 (98,3%) possuíam acesso à internet. Conforme demonstrado na tabela abaixo, apenas 11 Conselhos ainda não estão interligados à rede web.

TABELA 2: COMPUTADORES DE USO DOS CONSELHOS (EXCLUSIVOS E COMPARTILHADOS) COM ACESSO À INTERNET, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.

Quantidade de computadores	Quantidade de Conselhos	%
0	11	1,7
1	269	42,5
2	171	27,0
3	87	13,7
4	51	8,1
5	23	3,6
De 6 a 10	18	2,8
Mais de 10	3	0,5
Total	633	100,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2016.

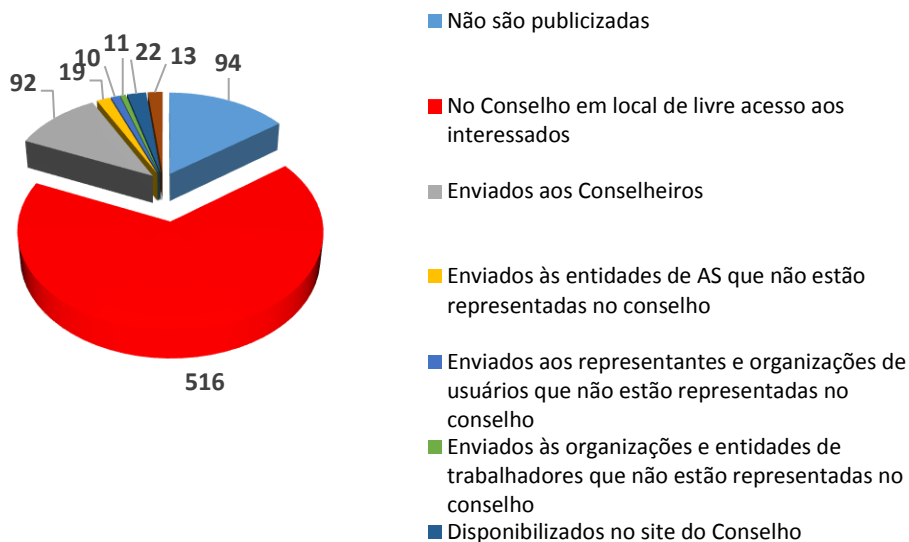
SECRETARIA EXECUTIVA

No Estado de São Paulo, em 2016, 424 Conselhos (67% do total) possuíam Secretaria Executiva e 74 (11,7%) declararam possuir uma pessoa designada para ocupar o cargo de Secretário Executivo, exclusivamente para o Conselho Municipal.

DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Em relação ao horário de funcionamento dos Conselhos, em horas na semana, a maior frequência verificada no Estado foi menos de 30 horas (42,2%), de 40 a 49 horas (42,8% dos casos) e de 30 a 39 horas (14,2% dos casos). Apenas 5 Conselhos (0,8%) alegaram funcionar mais de 49 horas por semana. A maioria dos Conselhos informou possuir calendário anual de reuniões ordinárias (63,5%). No ano de 2016, 45,3% dos Conselhos informaram que fizeram de 10 a 15 reuniões e 16,0% realizaram mais de 15 reuniões. Apenas 14 Conselhos realizaram de 1 a 3 reuniões no ano de 2016. O gráfico 4 mostra todas as formas relatadas para publicar as atas das reuniões do Conselho.

GRÁFICO 4: FORMA DE PUBLICIZAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2016.

A NOB SUAS 2012 detalha o papel dos Conselhos de assistência social e dentre as suas atribuições como agentes participantes da formulação, avaliação, controle e fiscalização da política, desde o seu planejamento até o efetivo monitoramento das ofertas e dos recursos destinados às ações a serem desenvolvidas, está a responsabilidade na discussão de metas e prioridades orçamentárias, no âmbito do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. E para isso, podem realizar audiências públicas.

Dentre os 633 municípios que responderam o CENSO SUAS, 574 declararam possuir Plano Municipal de Assistência Social e 569 informaram que o Conselho deliberou sobre o referido tema, apenas 5 Conselhos a mais que em 2015. Sobre as suas deliberações, 442 declararam que o Conselho deliberou sobre a proposta anual de orçamento do executivo, para o ano de 2016. Em 2015, foram 39 Conselhos a mais que no ano anterior.

A tabela 3, demonstra que, a maioria dos Conselhos (396 ou 62,6%) fiscalizam a rede socioassistencial pública e privada do SUAS. Sobre os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS, 176 (27,8%) fiscalizam apenas a rede socioassistencial pública, 30 (4,7%) apenas a rede socioassistencial privada e 31 (4,9%) não fiscalizam.

TABELA 3: O CONSELHO FISCALIZA OS SERVIÇOS? ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.

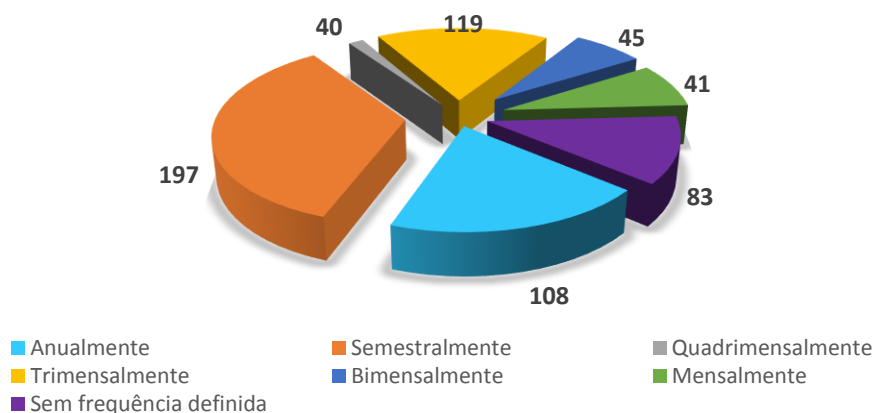
	Quantidade de Conselhos	%
Não fiscaliza	31	4,9%
Sim, a rede socioassistencial pública e privada do SUAS	396	62,6%
Sim, apenas a rede socioassistencial privada do SUAS	30	4,7%
Sim, apenas a rede socioassistencial pública do SUAS	176	27,8%
Total	633	100%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2016.

Dentre os 602 Conselhos que fiscalizam a rede socioassistencial seja pública ou privada, 382 (60,3%) têm planejamento das fiscalizações, realizadas anualmente e 220 (34,8%) fiscalizam somente mediante denúncia.

O gráfico 5, apresenta a frequência com que o gestor apresenta ao Conselho o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social, nota-se que a maioria apresenta semestralmente.

GRÁFICO 5: FREQUÊNCIA COM QUE O GESTOR APRESENTA AO CONSELHO O RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2016.

A maioria dos Conselhos apreciam e emitem parecer sobre o Plano de Ação Municipal de Assistência Social (569 ou 89,9%). Além disso, 406 Conselhos (64,1% do total) deliberaram sobre os critérios de repasse de recursos para entidades. E, 302 Conselhos (47,7% do total) conhecem e acompanham as metas do pacto de aprimoramento.

Quanto ao Programa Bolsa Família, a maioria dos Conselhos é a instância de Controle Social do programa (529 ou 83,6%) e 531 (83,9%) fiscalizam e acompanham a sua execução. Com relação ao acompanhamento dos processos de pactuação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), 84 (13,3%) Conselhos acompanham com regularidade, 303 (47,9%) acompanham sem regularidade e 246 (38,9%) não acompanham.

Pouco mais da metade dos Conselhos realizam ações como recebimento de denúncias. Estes somam 329 conselhos, os que realizam reuniões ampliadas são 237 (no total independente da frequência), os que realizam reuniões descentralizadas são 475 (no total independente da frequência), os que fazem ações de mobilização social são 299 (no total independente da frequência), a realização de visitas nas unidades da rede socioassistencial são 54 (no total independente da frequência), e o acompanhamento das discussões do Poder Legislativo são 330 (no total independente da frequência). A tabela 4, demonstra a frequência de cada uma dessas ações recebidas ou realizadas.

TABELA 4: FREQUÊNCIA COM QUE O CONSELHO RECEBE E/OU REALIZA AS AÇÕES, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.

	Nunca	Mensal	Trimestralmente	Semestral	Anual
Recebe denúncia	329	42	31	73	158
Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros);	237	76	42	87	191
Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho);	475	15	21	55	67
Realiza ações de mobilização social	299	8	26	98	202
Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	54	55	116	220	188
Acompanha votações/discussões do Poder Legislativo local	330	74	31	78	120

Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2016

A LOAS 1993, em seus artigos 9 e 10, estabelece a responsabilidade dos Conselhos Municipais de Assistência Social na inscrição para o funcionamento das entidades e organizações da área, na fiscalização destas entidades e organizações, além da aprovação dos planos para a celebração de convênios com os entes federados. Em 2016, houve regulamentação em 357 Conselhos, por meio de resolução, no que tange aos parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como serviços, programas, projetos/benefícios socioassistenciais.

Um total de 161 conselhos já tinham estabelecido, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos. No ano anterior esse valor foi de 157, ou seja, houve um aumento de 4 conselhos nesse período. Existem 490 conselhos que acompanhavam a execução dos Planos de Ação, apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, assim como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, inscritos no Conselho. No ano anterior esse valor foi de 474, ou seja, houve aumento de 16 conselhos em relação ao ano anterior.

Questionados sobre o acompanhamento das deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social, 533 Conselhos (84% do total) informaram realizar tal acompanhamento. Por outro lado, não realizam acompanhamento 100 conselhos ou 16%.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Os conselhos municipais possuem na maioria dos casos mandato de 2 anos. São 574 conselhos (ou 91% do total). Em relação a recondução do conselheiro, em período igual ao mandato, existem 466 conselhos (ou 74% do total) que permitem uma única vez a recondução. Em 112 conselhos (ou 18% do total) podem ser reconduzidos por 2 vezes e em 44 conselhos (ou 7% do total) não são estabelecidas regras de recondução no regimento ou na lei de criação do Conselho.

Em 619 (98%) Conselhos, o Presidente e o Vice-presidente são eleitos em suas reuniões plenárias. Existe alternância entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil, em 496 (78%) Conselhos.

No caso da participação do segmento de usuários, em 345 (ou 55%) Conselhos, os representantes de organizações de usuários têm direito a voto no processo de eleição e em 306 conselhos (ou 48%) é o próprio usuário que possui esse direito. Em 90 Conselhos não existe representação dos usuários.

A tabela 7 demonstra a representação dos Usuários nos Conselhos.

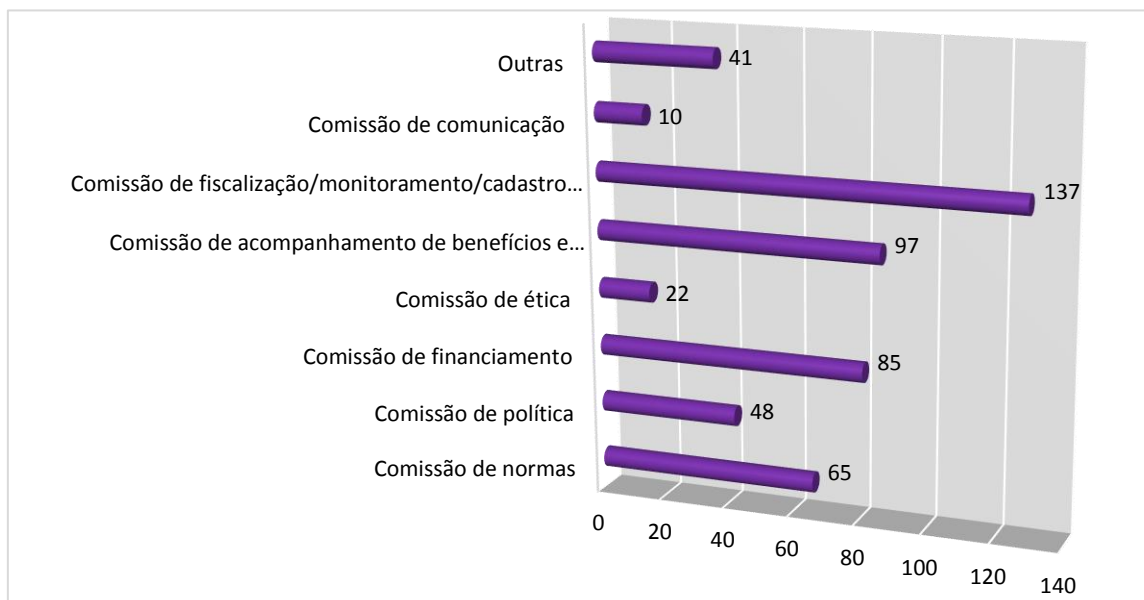
TABELA 5: REPRESENTANTES DE USUÁRIOS OU ORGANIZAÇÕES DE USUÁRIOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.

	Quantidade de Conselhos	%
Beneficiários do Programa Bolsa Família	269	42%
Beneficiário ou família de beneficiários do BPC? Benefício de Prestação Continuada	127	20%
Usuário de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica	380	60%
Usuário de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial	173	27%
Representante de associação comunitária ou de moradores	200	32%
Representante de fórum ou coletivo de usuários	45	7%
Outros	80	13%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2016.

Com relação as comissões permanentes, 191 Conselhos responderam que elas existem e funcionam. Por outro lado, 70% (ou 442 Conselhos) responderam negativamente à questão. As comissões, permanentes que estão funcionando regularmente nos Conselhos estão representadas no Gráfico 7.

GRÁFICO 7: COMISSÕES PERMANENTES QUE FUNCIONAM NOS CONSELHOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2016.

Quanto à escolaridade, podem ser constatadas que, existem 15 Conselheiros sem escolaridade (ou 0,15% do total), 355 (3,61%) com fundamental incompleto e 569 (5,7%) com fundamental completo, considerando também os que possuem ensino médio incompleto. São 2.665 (27,8%) com ensino médio completo, considerando também os que possuem ensino superior incompleto. Existem 6.238 (63,38%) conselheiros que possuem ensino superior completo, considerando também, os que pós-graduação.

TABELA 6: QUANTIDADE DE CONSELHEIROS POR ESCOLARIDADE, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.

	Quantidade de conselheiros	%
Sem escolaridade	15	0,15
Ensino Fundamental Incompleto	355	3,61
Ensino Fundamental Completo	404	4,10
Ensino Médio Incompleto	165	1,68
Ensino Médio Completo	2183	22,18
Ensino Superior Incompleto	482	4,90
Ensino Superior Completo	5815	59,08
Especialização	351	3,57
Mestrado	60	0,61
Doutorado	12	0,12
Total	9842	100

Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2016.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 145 de 15 de outubro de 2004 - Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, novembro de 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Censo SUAS 2014: CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual e Unidades de Acolhimento. – Brasília, 2014.

São Paulo (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social. Censo SUAS: Gestão e Conselhos – Estado de São Paulo 2015 - São Paulo, 2016.



Conselho Estadual

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os Conselhos Estaduais de Assistência Social, assim como os Conselhos Municipais de Assistência Social, são instâncias de controle social e de deliberação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Possuem caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil e devem zelar pela aplicação das normas e resoluções da política pública. Por princípio da descentralização, tem o papel de subsidiar os Conselhos Municipais, quanto a aplicação de normas federais, visando a concessão de registros e certificados de fins filantrópicos às entidades privadas prestadoras de serviços.

A partir das questões apresentadas no Censo SUAS 2016, temos um panorama geral de como está organizado, e também da atuação do conselho estadual, diante da normativa estabelecida na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e na Norma Operacional Básica (NOB) SUAS 2012.

LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÃO

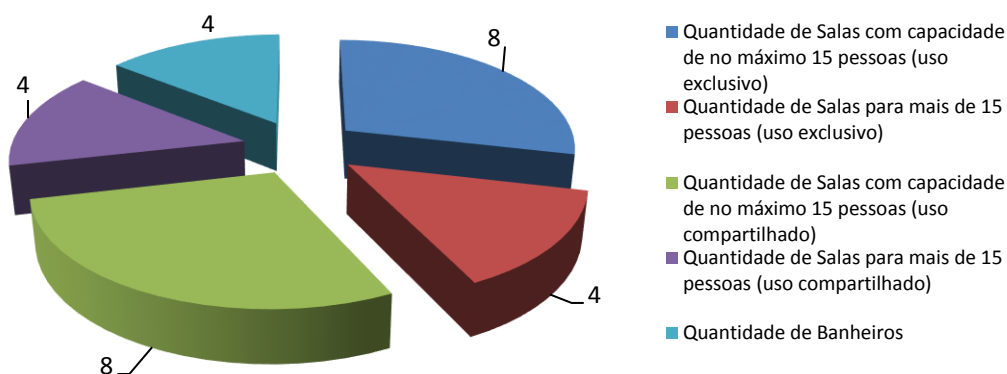
Segundo o Censo SUAS, o Conselho Estadual de Assistência Social foi criado em 1995 e foi regulamentado por lei. O regimento interno foi atualizado em 2012 e nele foram especificadas as atribuições da Vice-Presidência do Conselho; da Secretaria Executiva; a quantidade de vagas destinadas a representantes de trabalhadores ou de organizações de trabalhadores da assistência social e de usuários ou de organizações de usuários da assistência social na representação da sociedade civil; quantidade de vagas destinadas a representantes de entidades de assistência social na representação da sociedade civil, periodicidade das reuniões ordinárias; formas de funcionamento das comissões permanentes; antecedência de divulgação da pauta das reuniões ordinárias; forma de publicação das atas do Conselho; meio em que são publicadas as resoluções do Conselho e a indicação das condições que devem ser seguidas para alterar o Regimento Interno.

ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO ESTADUAL

Na lei orçamentária de 2015 existia a previsão de recursos específicos do órgão gestor, destinados à manutenção e ao funcionamento do Conselho. O uso dos 3% dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD-Bolsa Família e IGD-SUAS) é voltado para o custeio de suas despesas com o funcionamento.

O Conselho Estadual possui sede específica para o seu funcionamento, tendo sido identificado o funcionamento de outros conselhos. No espaço físico do prédio existem recepção, salas exclusivas e compartilhadas, conforme demonstra o Gráfico 1. Existe acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até as salas do Conselho; rota acessível aos espaços do Conselho; rota acessível ao banheiro e banheiro adaptado para pessoas com deficiência.

GRÁFICO 1: USO EXCLUSIVO DE SALAS PELO CONSELHO ESTADUAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.



Fonte: **Fonte:** MDS, Censo SUAS 2016; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2016.

Os equipamentos e materiais disponíveis e em funcionamento, para o desenvolvimento das atividades do conselho, em 2015, são os mesmos apontados em 2016, que eram: telefone de uso exclusivo; material de escritório; equipamento de som; televisão; datashow; máquina fotográfica; acervo bibliográfico; máquina copiadora; impressora e 10 computadores de uso exclusivo, com acesso à internet.

SECRETARIA EXECUTIVA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

O Conselho possui Secretaria Executiva e o Secretário Executivo trabalha exclusivamente no Conselho, 5 dias por semana, 8 horas por dia. O órgão estabelece calendário anual de reuniões ordinárias e todas as deliberações/resoluções são publicadas em diário oficial.

O Estado possui Plano de Assistência Social e o CEAS deliberou sobre o assunto, bem como discutiu os seguintes temas no ano de 2015: plano de ação; demonstrativo de execução físico-financeiro; demonstrativo de execução físico-financeiro (prestação de contas), plano de assistência social; plano plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LDO).

No ano de 2013 os temas discutidos pelo Conselho foram os seguintes: Deliberações da Conferência; Planejamento das atividades do Conselho; Acompanhamento do Programa Bolsa família; Acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada; Benefícios eventuais; Financiamento, implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica; financiamento, implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Especial; inscrição de entidades de

assistência social; fiscalização da oferta de serviços públicos e privados da assistência social; intersectorialidade e transversalidade na Política de Assistência Social; Participação popular e mobilização social; capacitação para trabalhadores, gestores ou conselheiros; utilização de no mínimo 3% dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF para o desenvolvimento das atividades do Conselho; Avaliação da evolução do SUAS no âmbito municipal e estadual; denúncias; acompanhamento de programas e projetos da política de assistência social racional e local; mobilização de usuários da assistência social para integração ao mundo do trabalho; grupos populacionais tradicionais e específicos; inserção de crianças e adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC na escola e outros.

Em relação ao orçamento e fiscalização dos serviços, o órgão conhece e acompanha as metas do pacto de aprimoramento; fiscaliza a rede socioassistencial fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, tanto da rede pública quanto da privada, por meio de visitas e análise de relatórios, realizando um planejamento das fiscalizações realizadas anualmente. O relatório de aplicações dos recursos dos Fundos de Assistência Social é apreciado trimestralmente; delibera sobre os critérios de repasse de recursos para entidades. O CEAS declarou que ainda não regulamentou por meio de resolução própria os Benefícios Eventuais, sendo este a instância de Controle Social do Programa Bolsa Família, fiscalizando a execução do referido Programa. O órgão acompanha, regularmente, os processos de pactuação da CIB e da CIT, bem como acompanha os processos de pactuação do CNAS

Dentre as informações declaradas pelo Conselho, destaca-se o recebimento de denúncias entre outras atividades e ações demonstradas na Tabela 1, na qual são observadas também a periodicidade das atuações.

TABELA 1: FREQUÊNCIA DAS ATIVIDADES E/OU AÇÕES REALIZADAS PELO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.

Tipo de atividade/ação	Frequência
Recebe denúncia	Mensalmente
Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros).	Semestralmente
Realiza reuniões descentralizadas (realizadas fora da sede do Conselho).	Semestralmente
Realiza ações de mobilização social	Semestralmente
Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	Nunca
Acompanha votações/discussões do Poder Legislativo local	Nunca

Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2016.

Atualmente, o Conselho Estadual não fornece inscrição para as entidades da área da assistência social, pois todos os 645 municípios possuem Conselhos Municipais. A Resolução CNAS n.º 16/2010, foi regulamentada, por meio de resolução própria, tendo estabelecido em resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

TABELA 2: PARÂMETROS NACIONAIS PARA INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, (RESOLUÇÃO CNAS Nº 16/2010) NOS CONSELHOS DE ASSISTENCIA SOCIAL. ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.

Tipo de atividade/ação	Situação
O Conselho regulamentou, por meio de resolução própria, a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais?	Sim
O Conselho já estabeleceu, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos com os respectivos critérios?	Sim
O Conselho acompanha a execução dos Planos de Ação apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritas no conselho?	Sim

Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2016.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL

Os Conselhos têm composição paritária entre governo e sociedade civil. A Resolução do CNAS nº 237/2006 recomenda que o número de conselheiros não seja inferior a 10 membros titulares.

O Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo possui 24 conselheiros titulares e 24 conselheiros suplentes, com mandato de 3 anos, podendo ser reconduzido por igual período por uma única vez. Os representantes da sociedade civil são eleitos em assembleias instaladas para esse fim. O Presidente e Vice-presidente são eleitos em reunião plenária do Conselho. O Conselho possui um (1) representante no Congemas.

TABELA 3: COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.

COMPOSIÇÃO	
Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros_Quantidade de Conselheiros_Titulares	24
Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros_Quantidade de Conselheiros_Suplentes	24
Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros_ representantes do governo	12
Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros_ representante de sociedade civil	12

Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2016.

Para o segmento de usuários, são os representantes e organizações de usuários que possuem direito à voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil e não o próprio usuário.

No segmento órgão público, o Conselho é composto por representantes das áreas de assistência social, saúde, educação e outras áreas. A sociedade civil tem representante de usuários, de organizações de usuários, de representantes de entidades da assistência social e das entidades dos trabalhadores do setor.

As comissões permanentes que funcionam atualmente no Conselho são: Comissão de normas, Comissão de política, Comissão de financiamento, Comissão de ética, Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda.

TABELA 4: COMISSÕES PERMANENTES EM FUNCIONAMENTO REGULAR NO CONSELHO ESTADUAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2016.

COMISSÕES	
Comissão de normas	Sim
Comissão de política	Sim
Comissão de financiamento	Sim
Comissão de ética	Sim
Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda (BPC, Programa Bolsa Família, etc.)	Sim

Fonte: MDS, Censo SUAS 2016; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2016.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 145 de 15 de outubro de 2004 - Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, novembro de 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Censo SUAS 2016: CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual e Unidades de Acolhimento. – Brasília, 2016.

São Paulo (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social. Censo SUAS: Gestão e Conselhos – Estado de São Paulo 2015 - São Paulo, 2016.



Anexos

ANEXO A – TABELAS CONSELHOS MUNICIPAIS

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas com os dados agregados do Censo SUAS 2016 - Questionário Conselho Municipal para o Estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Quantidade de Municípios por Porte		Quantidade de Municípios que Responderam	
Pequeno I	401	389	
Pequeno II	120	120	
Médio	49	49	
Grande	72	72	
Metrópole	3	3	
Total	645	633	

BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES

q2_Caso sim, informe o ano da última atualização do Regimento:

	Quantidade de Conselhos	%
2016	46	10
2015	44	9
2014	29	6
2013	40	8
2012	28	6
2011	27	6
2010	23	5
2009	21	4
2008	13	3
2007	16	3
2006	15	3
2005	11	2
2004	6	1
2003	1	0
2002	5	1
2001	8	2
2000	9	2
1999	8	2
1998	16	3
1997	59	12
1996	34	7
1995	17	4
1991	1	0
Total	633	100

q1_Esse conselho possui regimento interno?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	478	76
Não	155	24
Total	633	100,0

D2_Ano da última atualização do Regimento

	Quantidade de Conselhos	%
De 2009 a 2015	212	49
De 2005 a 2008	55	13
De 1998 a 2004	53	12
De 1995 a 1997	110	25
Até 1994	2	0
Total	432	100,0

q3_Quais conteúdos estão previstos nas normativas do Conselho e em que instrumento está normatizado?

	q3a_1_Lei do Conselho	q3a_2_Regimento Interno	q3a_3_Outras Normativas	q3a_0_Não está normatizado
Processo de eleição da Presidência e Vice-Presidência	38	406	358	25
Processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil	43	449	305	38
Alternância na Presidência do Conselho entre representantes do governo e da sociedade civil	159	312	261	32
Trâmites para substituição de conselheiros e perda de mandatos	58	339	377	23
Atribuições da Presidência do Conselho	53	272	408	23
Atribuições da Vice-Presidência do Conselho	80	248	395	21
Atribuições da Secretaria Executiva do Conselho	131	237	332	38
Quantidade de vagas destinadas a representantes de usuários ou de organizações de usuários da assistência social na representação da sociedade civil	60	500	226	20
Quantidade de vagas destinadas a representantes de trabalhadores ou de organizações de trabalhadores da assistência social na representação da sociedade civil	88	476	214	22
Quantidade de vagas destinadas a representantes de entidades de assistência social na representação da sociedade civil	60	497	228	21
Periodicidade das reuniões ordinárias do Plenário	95	284	376	29
Formas de funcionamento das comissões permanentes	267	147	255	37
Antecedência de divulgação da pauta das reuniões ordinárias	242	133	274	45
Forma de publicização (modo pelo qual a sociedade pode tomar conhecimento da informação pública) das atas do Conselho	236	175	231	70
Meio em que são publicadas as resoluções do Conselho (diário oficial, jornal etc)	201	196	238	76
A indicação das condições que devem ser seguidas para alterar o Regimento Interno	212	172	281	36
Total de Conselhos que responderam			633	

BLOCO 3 – ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO

q4_ Na lei orçamentária de 2015 há previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento do conselho?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	351	55,5
Não	282	44,5
Total	633	100,0

q5_ Os 3% dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD?Bolsa Família e IGD?SUAS) são destinados a custear despesas do funcionamento do Conselho?

	Quantidade de Conselhos	%
Não sabe	26	4,1
Sim	558	88,2
Não	49	7,7
Total	633	100,0

q6_ O Conselho possui local/sede específico para o seu funcionamento?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	341	53,9
Não	292	46,1
Total	633	100,0

q7_ No prédio em que se localiza o Conselho funcionam outras instituições ou unidades?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	619	97,8
Não	14	2,2
Total	633	100,0

q8_Caso sim, indique quais? Outras instituições/unidades que funcionam no prédio do conselho?

	Quantidade de Conselhos	%
Secretaria de Assistência Social ou congênere	465	51,2
Outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Sede de Governo, Administração Regional, etc)	42	4,6
CRAS_Centro de Referência de Assistência Social	59	6,5
CREAS_Centro de Referência Especializado de Assistência Social	24	2,6
Outra unidade pública de serviços da Assistência Social	26	2,9
Unidade de Saúde	6	0,7
Escola	3	0,3
Associação Comunitária	3	0,3
ONG/Entidade	1	0,1
Conselho Tutelar	47	5,2
Outros Conselhos	180	19,8
Outros	52	5,7
Total	908	100%

D9_exclusivas_categoria_Total de salas exclusivas em uso no Conselho

	Quantidade de Conselhos	%
8 ou mais salas	1	0,2
De 6 a 7 salas	2	0,3
De 4 a 5 salas	7	1,1
De 2 a 3 salas	83	13,1
1 sala	184	29,1
Nenhuma sala	356	56,2
Total	633	100,0

D9_compartilhadas_categoria_Total de salas compartilhadas em uso no Conselho

	Quantidade de Conselhos	%
8 ou mais salas	1	0,2
De 6 a 7 salas	5	0,8
De 4 a 5 salas	18	2,8
De 2 a 3 salas	247	39,0
1 sala	281	44,4
Nenhuma sala	81	12,8
Total	633	100,0

D9_total_salas_categoria_Total de salas (exclusivas e compartilhadas) em uso no Conselho

	Quantidade de Conselhos	%
8 ou mais salas	6	0,9
De 6 a 7 salas	10	1,6
De 4 a 5 salas	77	12,2
De 2 a 3 salas	297	46,9
1 sala	235	37,1
Nenhuma sala	8	1,3
Total	633	100,0

q9e_Quantidade total de banheiros

	Quantidade de Conselhos	%
10	2	0,3
8	3	0,5
7	1	0,2
6	8	1,3
5	8	1,3
4	42	6,6
3	67	10,6
2	292	46,1
1	197	31,1
0	13	2,1
Total	633	100,0

q9f_Recepção

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	490	77,4
Não	143	22,6
Total	633	100,0

q10_Assinale as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e pessoas idosas que o Conselho possui:

	Não possui	Sim, de acordo com a Norma da ABNT	Sim, mas não estão de acordo com a Norma da ABNT
Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até as salas do Conselho	189	191	253
Rota acessível aos espaços do Conselho (recepção, salas de reunião e espaços de uso coletivo)	172	174	287
Rota acessível ao banheiro	171	180	282
Banheiro adaptado para pessoas com deficiência	366	151	116

q10a_Acessibilidade_Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até as salas do Conselho

	Quantidade de Conselhos	%
Sim, mas não estão de acordo com a Norma da ABNT	253	40,0
Sim, de acordo com a Norma da ABNT	191	30,2
Não possui	189	29,9
Total	633	100,0

q10b_Acessibilidade_Rota acessível aos espaços do Conselho (recepção, salas de reunião e espaços de uso coletivo)

	Quantidade de Conselhos	%
Sim, mas não estão de acordo com a Norma da ABNT	287	45,3
Sim, de acordo com a Norma da ABNT	174	27,5
Não possui	172	27,2
Total	633	100,0

q10c_Acessibilidade_Rota acessível ao banheiro

	Quantidade de Conselhos	%
Sim, mas não estão de acordo com a Norma da ABNT	282	44,5
Sim, de acordo com a Norma da ABNT	180	28,4
Não possui	171	27,0
Total	633	100,0

q10d_Acessibilidade_Banheiro adaptado para pessoas com deficiência

	Quantidade de Conselhos	%
Sim, mas não estão de acordo com a Norma da ABNT	116	18,3
Sim, de acordo com a Norma da ABNT	151	23,9
Não possui	366	57,8
Total	633	100,0

q11_Quais os equipamentos e materiais disponíveis, em funcionamento, para o desenvolvimento das atividades deste Conselho

	Quantidade de Conselhos	%
Telefone de uso exclusivo do Conselho	76	1,8
Telefone de uso compartilhado	572	13,7
Material de Escritório	610	14,6
Equipamento de som	247	5,9
Televisão (TV)	201	4,8
DVD	134	3,2
Datashow	369	8,8
Máquina Fotográfica	269	6,4
Veículo de uso exclusivo	16	0,4
Veículo de uso compartilhado	499	11,9
Acervo bibliográfico	180	4,3
Máquina Copiadora	414	9,9
Filmadora	43	1,0
Impressora	546	13,1
Total	4176	100,0%

D12_total_Quantidade total de computadores (exclusivos e compartilhados) em uso no Conselho

	Quantidade de Conselhos	%
Mais de 10	3	0,5%
De 6 a 10	19	3,0%
5	24	3,8%
4	55	8,7%
3	89	14,1%
2	174	27,5%
1	265	41,9%
0	4	0,6%
Total	633	100,0%

D12_total_net_Quantidade total de computadores (exclusivos e compartilhados) conectados à internet em uso no Conselho

	Quantidade de Conselhos	%
Mais de 10	3	0,5
De 6 a 10	18	2,8
5	23	3,6
4	51	8,1
3	87	13,7
2	171	27,0
1	269	42,5
0	11	1,7
Total	633	100,0

BLOCO 4 – SECRETARIA EXECUTIVA

q13_O Conselho possui Secretaria Executiva (unidade de apoio para seu funcionamento)?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	424	67,0
Não	209	33,0
Total	633	100,0

q14_O(a) Secretário(a) Executivo(a) trabalha exclusivamente no Conselho?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	74	17,5
Não	350	82,5
Total	633	100,0

BLOCO 5 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

D15_horas_por_semana_categoria_Total de horas por semana que o Conselho se encontra em funcionamento

	Quantidade de Conselhos	%
Mais de 49 horas/semana	5	0,8
De 40 a 49 horas/semana	271	42,8
De 30 a 39 horas/semana	90	14,2
Menos de 30 horas/semana	267	42,2
Total	633	100,0

q15_1_Horário de funcionamento - Dias por semana:

	Quantidade de Conselhos	%
7 dias por semana	4	0,6
6 dias por semana	2	0,3
5 dias por semana	410	64,8
4 dias por semana	6	0,9
3 dias por semana	14	2,2
2 dias por semana	26	4,1
1 dia por semana	171	27,0
Total	633	100,0

q15_2_Horário de funcionamento - Horas por dia:

	Quantidade de Conselhos	%
10 horas por dia	3	0,5
9 horas por dia	15	2,4
8 horas por dia	279	44,1
7 horas por dia	13	2,1
6 horas por dia	89	14,1
5 horas por dia	7	1,1
4 horas por dia	55	8,7
3 horas por dia	27	4,3
2 horas por dia	82	13,0
1 hora por dia	63	10,0
Total	633	100,0

q16_O Conselho tem calendário anual de reuniões ordinárias estabelecido?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	402	63,5
Não	231	36,5
Total	633	100,0

D17_Quantidade de reuniões plenárias (ordinárias e extraordinárias) realizadas no Conselho no ano de 2016

	Quantidade de Conselhos	%
Acima de 25	10	1,6
De 16 a 25	101	16,0
De 10 a 15	287	45,3
De 4 a 9	221	34,9
De 1 a 3	14	2,2
Total	633	100,0

q18_Formas como as atas são publicizadas:

	Quantidade de Conselhos	%
Não são publicizadas	94	12,1
Ficam no Conselho em local de livre acesso para a população usuária	516	66,4
São enviados aos Conselheiros e/ou suas entidades	92	11,8
São enviados às entidades de Assistência Social que não estão representadas no conselho	19	2,4
São enviados aos representantes e organizações de usuários que não estão representadas no conselho	10	1,3
São enviados às organizações e entidades de trabalhadores do setor que não estão representadas no conselho	11	1,4
Disponibilizados no site do Conselho	22	2,8
Em Boletins produzidos pela área de assistência social	13	1,7
Total	777	100,0

q19_As deliberações/resoluções do Conselho são publicadas em diário oficial?

	Quantidade de Conselhos	%
A minoria das deliberações ou resoluções é publicada	95	15,0
A metade das deliberações ou resoluções é publicada	9	1,4
A maioria das deliberações ou resoluções é publicada	68	10,7
Todas as deliberações ou resoluções são publicadas	195	30,8
Nenhuma das deliberações ou resoluções é publicada	266	42,0
Total	633	100,0

q20_ O município (ou estado no caso de CEAS, ou DF no caso do CAS/DF), tem Plano de Assistência Social?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	574	90,7
Não	59	9,3
Total	633	100,0

q21_ O Conselho deliberou sobre o Plano de Assistência Social do município (ou do Estado no caso do CEAS, ou do DF no caso do CAS/DF)?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	569	99,1
Não	5	0,9
Total	633	100,0

q22_Temas discutidos no conselho no ano de 2016:

	Quantidade de Conselhos	%
Plano de Ação	611	6,6
Demonstrativo de Execução Físico-Financeira	623	6,7
Plano de Assistência Social	588	6,4
Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	299	3,2
Deliberações da(s) Conferência(s)	496	5,4
Planejamento das atividades do Conselho	474	5,1
Acompanhamento do Programa Bolsa Família	488	5,3
Acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada	293	3,2
Benefícios eventuais	328	3,5
Financiamento, implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica	478	5,2
Financiamento, implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Especial	379	4,1
Inscrição de entidades de assistência social	454	4,9
Fiscalização da oferta de serviços públicos e privados de assistência social	447	4,8
Fiscalização da oferta de serviços públicos e privados de assistência social	351	3,8
Intersetorialidade e transversalidade na Política de Assistência Social	229	2,5
Participação popular e mobilização social	231	2,5
Capacitação para trabalhadores, gestores ou conselheiros	392	4,2
Utilização de no mínimo 3% dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF para o desenvolvimento das atividades do Conselho	464	5,0

Continuação

Continua

Avaliação da evolução do SUAS no âmbito municipal ou estadual	271	2,9
Denúncias	261	2,8
Plano Decenal	236	2,6
Acompanhamento de programas e projetos da política de assistência social nacional e local	400	4,3
Mobilização de usuários da Assistência Social para Integração ao mundo do trabalho	132	1,4
Grupos Populacionais Tradicionais e específicos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos e outros)	34	0,4
Inserção de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC na escola	120	1,3
Outros	169	1,8
Total	9248	100,0

q23_Frequência_O Conselho conhece e acompanha as metas do pacto de aprimoramento em seu município (ou no Estado no caso de CEAS, ou no DF no caso do CAS/DF)?

	Quantidade de Conselhos	%
O Conselho conhece, mas não acompanha as metas do pacto de aprimoramento	245	38,7
O Conselho conhece e acompanha as metas do pacto de aprimoramento	302	47,7
O Conselho não conhece e não acompanha as metas do pacto de aprimoramento	86	13,6
Total	633	100,0

q24_O Conselho deliberou sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2015?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	442	69,8
Não	191	30,2
Total	633	100,0

q25_O Conselho fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim, a rede socioassistencial pública e privada do SUAS	396	62,6
Sim, apenas a rede socioassistencial privada do SUAS	30	4,7
Sim, apenas a rede socioassistencial pública do SUAS	176	27,8
Não fiscaliza	31	4,9
Total	633	100,0

q26_Se sim, informe como a fiscalização é realizada:

	Quantidade de Conselhos	%
A metade das deliberações ou resoluções é publicada	396	65,8
A maioria das deliberações ou resoluções é publicada	98	16,3
Todas as deliberações ou resoluções são publicadas	108	17,9
Total	633	100,0

q27_ O conselho tem planejamento das fiscalizações realizadas anualmente?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	382	63,5
Não, as fiscalizações são realizadas somente mediante denúncia	220	36,5
Total	633	100,0

q28_ Com que frequência o conselho aprecia o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social?

	Quantidade de Conselhos	%
Anualmente	108	17,1
Semestralmente	197	31,1
Quadrimestralmente	40	6,3
Trimestralmente	119	18,8
Bimestralmente	45	7,1
Mensalmente	41	6,5
Sem frequência definida	83	13,1
Total	633	100,0

q29_ O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para entidades?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	406	64,1
Não	227	35,9
Total	633	100,0

q31_ O Conselho já regulamentou por meio de resolução própria os Benefícios Eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social? (Decreto nº 6.307/07 e Resolução CNAS nº 39/10)

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	147	23,2
Não	486	76,8
Total	633	100,0

q32_ O Conselho é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	529	83,6
Não	104	16,4
Total	633	100,0

q33_ O Conselho fiscaliza e acompanha a execução do Programa Bolsa Família?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	531	83,9
Não	102	16,1
Total	633	100,0

q34_ O Conselho acompanha os processos de pactuação da Comissão Intergestora Bipartite ? CIB e da Comissão Intergestora Tripartite? CIT?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim, sem regularidade	303	47,9
Sim, com regularidade	84	13,3
Não	246	38,9
Total	633	100,0

q35_ O Conselho acompanha os processos de pactuação do Conselho Nacional de Assistência Social e do Conselho Estadual de Assistência Social, no caso de municípios.

	Quantidade de Conselhos	%
Sim, sem regularidade	319	50,4
Sim, com regularidade	145	22,9
Não	169	26,7
Total	633	100,0

q36_ Com que frequência esse Conselho:

	Nunca	Mensalmente	Trimestralmente	Semestralmente	Anualmente
Recebe Denúncia	329	42	31	73	158
Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros)	237	76	42	87	191
Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho)	475	15	21	55	67
Realiza ações de mobilização social	299	8	26	98	202
Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	54	55	116	220	188
Acompanha votações/discussões do Poder Legislativo local	330	74	31	78	120

q38_ Considerando a Resolução CNAS nº 16/2010 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social etc, nos Conselhos de Assistência Social:

	Não	Sim
q38a_ O Conselho regulamentou, por meio de resolução própria (do CMAS/CEAS/CAS/DF), a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais?	275	357
q38b_ O Conselho já estabeleceu, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos,...	467	161
q38c_ O Conselho acompanha a execução dos Planos de Ação apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritas no conselho?	143	490

q39_ O Conselho acompanha o cumprimento das deliberações da Conferência Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social de 2013?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim, por outros meios	209	33
Sim, através de relatórios de gestão	175	28
Sim, por meio de comissão não específica	60	9
Sim, por meio de comissão específica constituída para tal fim	89	14
Não acompanha	100	16
Total	633	100

BLOCO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

q40_ Qual o tempo de mandato dos Conselheiros desse Conselho?

	Quantidade de Conselhos	%
4 anos ou mais	22	3
3 anos	21	3
2 anos	574	91
1 ano	16	3
Total	633	100

q41_ Quantas vezes cada Conselheiro pode ser reconduzido (por igual período ao mandato)?

	Quantidade de Conselhos	%
Mais de 4 vezes	5	1
3 vezes	6	1
2 vezes	112	18
1 vez	466	74
Não está estabelecido no regimento, nem na lei de criação do conselho	44	7
Total	633	100

q42_ O Presidente e Vice-presidente do Conselho são eleitos em reunião plenária do Conselho?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	619	98
Não	14	2
Total	633	100

q43_ Há alternância na presidência entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	496	78
Não	137	22
Total	633	100

q44_Quantos conselheiros do Conselho Estadual de Assistência Social são representantes do Congemas ou congênere?

	Quantidade de Conselhos	%
36	1	0
16	1	0
14	1	0
12	2	0
10	2	0
8	4	1
6	1	0
5	2	0
4	3	0
3	2	0
2	10	2
1	11	2
0	593	94
Total	633	100

q46_Para o segmento de usuários, quem tem direito a voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil?

	Sim
O próprio usuário	306
Os representantes e organizações de usuários	345
Este conselho não possui representantes de usuários	90

q47_Os representantes de usuários ou organizações de usuários são:

	Quantidade de Conselhos	%
Beneficiários do Programa Bolsa Família	269	42%
Beneficiário ou família de beneficiários do BPC? Benefício de Prestação Continuada	127	20%
Usuário de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica	380	60%
Usuário de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial	173	27%
Representante de associação comunitária ou de moradores	200	32%
Representante de fórum ou coletivo de usuários	45	7%
Outros	80	13%
Total	1274	

q48_ Para o segmento de usuários, quem tem direito a voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil

	Quantidade de Conselhos	%
q48a_ Representante de sindicato de trabalhadores	75	12
q48b_ Representante de conselho de classe profissional (Conselho Regional de Serviço Social ? CRESS, Conselho Regional de Psicologia? CFP, outros conselhos de classe)	151	24
q48c_ Representante de associação, fórum ou coletivo de trabalhadores	264	42
q48_outros_ Os representantes de trabalho são?(Outros)	229	36

q49_ O conselho tem comissões permanentes?

	Quantidade de Conselhos	%
Sim	191	30
Não	442	70
Total	633	100

q50_Quais das comissões permanentes estão funcionando regularmente nesse Conselho:

	Quantidade de Conselhos	%
Comissão de normas	65	10%
Comissão de política	48	10%
Comissão de financiamento	85	17%
Comissão de ética	22	4%
Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda (BPC, Programa Bolsa Família, etc.)	97	19%
Comissão de fiscalização/monitoramento/cadastro de entidades	137	27%
Comissão de comunicação	10	2%
Outras	41	8%
Total	505	

	D53_1_ Nível fundamental - trabalhadores que possuem até o nível médio (inclui aqueles sem escolaridade)		D53_2_ Nível médio - trabalhadores com ensino superior incompleto e ensino médio completo	D53_3_ Nível superior - inclui trabalhadores graduados, com especialização, mestrado ou doutorado		
	Nível fundamental		Nível Médio	Nível Superior		
	Contagem	% N total da linha da camada	Contagem	% N total da linha da camada	Contagem	% N total da linha da camada
Pequeno I	525	0,1	1723	0,4	2513	0,5
Pequeno II	110	0,1	551	0,3	1431	0,7
Médio	50	0,1	181	0,2	766	0,8
Grande	84	0,0	363	0,2	1488	0,8
Metrópole	5	0,1	12	0,2	40	0,7

q53_3_Sexo

	Frequência	Porcentagem
Feminino	7663	77,9
Masculino	2179	22,1
Total	9842	100,0

q53_4_Escolaridade

	Frequência	Porcentagem
Sem Escolaridade	15	0,15
Fundamental Incompleto	355	3,61
Fundamental Completo	404	4,10
Médio Incompleto	165	1,68
Médio Completo	2183	22,18
Superior Incompleto	482	4,90
Superior Completo	5815	59,08
Especialização	351	3,57
Mestrado	60	0,61
Doutorado	12	0,12
Total	9842	100,00

q53_5_Representação

	Frequência	Porcentagem
Sociedade Civil das entidade e Organizações de Assistência Social	2391	24,29
Governmental Assistência Social	1367	13,89
Governmental Educação	980	9,96
Governmental outras áreas	1755	17,83
Governmental Saúde	975	9,91
Sociedade Civil organizações dos usuários	585	5,94
Sociedade Civil organizações dos trabalhadores	700	7,11
Sociedade Civil dos usuários	1089	11,06
Total	9842	100,00

q53_6_Função

	Frequência	Porcentagem
Conselheiro Presidente	619	6,29
Conselheiro Titular	4647	47,22
Conselheiro Suplente	4306	43,75
Vice-Presidente	270	2,74
Total	9842	100,00

q53_7_Vínculo

	Frequência	Porcentagem
Servidor Estatutário	2367	24,05
Empregado Público Celetista CLT	2103	21,37
Outro vínculo não permanente	398	4,04
Trabalhador de empresa Cooperativa Entidade Prestadora de Serviço	1132	11,50
Voluntário	938	9,53
Servidor Temporário	107	1,09
Sem vínculo	1803	18,32
Comissionado	950	9,65
Terceirizado	44	0,45
Total	9842	100,00

D53_2_categoria_Idade (faixas etárias)

	Frequência	Porcentagem
Até 29 anos	1009	10,26
De 30 a 39 anos	2756	28,04
De 40 a 49 anos	2550	25,94
50 anos ou mais	3515	35,76
Total	9830	100,00

D53_4_Níveis de escolaridade

	Frequência	Porcentagem
Nível fundamental	774	7,86
Nível Médio	2830	28,75
Nível Superior	6238	63,38
Total	9842	100,00

ANEXO B – TABELAS CONSELHO ESTADUAL

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas, com os dados agregados do Censo SUAS 2015 - Questionário Conselho Estadual para o Estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

IDENTIFICAÇÃO

Nome que identifica o Conselho	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Selecione o Tipo de Logradouro (avenida, rua, etc):	Rua
Endereço:	GUAIANASES
Número:	1058
Bairro:	CAMPOS ELÍSEOS
Ponto de Referência:	AO LADO DO TERMINAL PRINCESA ISABEL
CEP:	01204-001
Município:	São Paulo
Telefone:	(11) 3337-0838
Fax:	(11) 3225-9680

BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES

Lei de criação

q3h_1__Quantidade de vagas destinadas a representantes de usuários ou de organizações de usuários da assistência social na representação da sociedade civil - Lei do Conselho	Sim
q3i_1__Quantidade de vagas destinadas a representantes de trabalhadores ou de organizações de trabalhadores da assistência social na representação da sociedade civil - Lei do Conselho	Sim
q3j_1__Quantidade de vagas destinadas a representantes de entidades de assistência social na representação da sociedade civil - Lei do Conselho	Sim

Regimento interno

q3f_2_Atribuições da Vice-Presidência do Conselho	Sim
q3g_2_Atribuições da Secretaria Executiva do Conselho	Sim
q3h_2_Quantidade de vagas destinadas a representantes de usuários ou de organizações de usuários da assistência social na representação da sociedade civil	Sim
q3i_2_Quantidade de vagas destinadas a representantes de trabalhadores ou de organizações de trabalhadores da assistência social na representação da sociedade civil	Sim
q3j_2_Quantidade de vagas destinadas a representantes de entidades de assistência social na representação da sociedade civil	Sim
q3m_2_Periodicidade das reuniões ordinárias do Plenário	Sim
q3n_2_Formas de funcionamento das comissões permanentes	Sim
q3o_2_Antecedência de divulgação da pauta das reuniões ordinárias	Sim
q3p_2_Forma de publicização (modo pelo qual a sociedade pode tomar conhecimento da informação pública) das atas do Conselho	Sim
q3q_2_Meio em que são publicadas as resoluções do Conselho (diário oficial, jornal etc.)	Sim
q3r_2_A indicação das condições que devem ser seguidas para alterar o Regimento Interno	Sim

BLOCO 3 - INFRAESTRUTURA

Recursos e local de funcionamento

	Frequência
q4_Na lei orçamentária de 2015 há previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento do conselho?	Sim
q5_Os 3% dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD?Bolsa Família e IGD?SUAS) são destinados a custear despesas do funcionamento do Conselho?	Sim
q6_O Conselho possui local/sede específico para o seu funcionamento?	Sim
q7_No prédio em que se localiza o Conselho funcionam outras instituições ou unidades?	Sim

Salas de uso exclusivo do Conselho

	Frequência
q9a_Salas_Quantidade de Salas exclusivas com capacidade de no máximo 15 pessoas	8
q9b_Quantidade de Salas exclusivas para mais de 15 pessoas	4

Salas de uso compartilhado do Conselho (quando existir)

	Frequência
q9c_Quantidade de Salas compartilhadas com capacidade de no máximo 15 pessoas	8
q9d_Quantidade de Salas compartilhadas do Conselho para mais de 15 pessoas	4
q9e_Quantidade total de banheiros	4
q9f_Recepção	1

Assinale as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e pessoas idosas que o Conselho possui:

	Mas não estão de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)	De acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)
q10a_Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até as salas do Conselho	SIM	
q10b_Rota acessível aos espaços do Conselho (recepção, salas de reunião e espaços de uso coletivo)	SIM	
q10c_Rota acessível ao banheiro		SIM
q10d_Banheiro adaptado para pessoas com deficiência		SIM
q10a_Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até as salas do Conselho	SIM	
q10b_Rota acessível aos espaços do Conselho (recepção, salas de reunião e espaços de uso coletivo)	SIM	
q10c_Rota acessível ao banheiro		SIM
q10d_Banheiro adaptado para pessoas com deficiência		SIM

Quais os equipamentos e materiais disponíveis, em funcionamento, para o desenvolvimento das atividades deste Conselho

q11a_Equipamentos_Telefone de uso exclusivo do Conselho	Sim
q11c_Equipamentos_Material de Escritório	Sim
q11d_Equipamentos_Equipamento de som	Sim
q11e_Equipamentos_Televisão (TV)	Sim
q11g_Equipamentos_Datashow	Sim
q11h_Equipamentos_Máquina Fotográfica	Sim
q11j_Equipamentos_Veículo de uso compartilhado	Sim
q11l_Equipamentos_Acervo bibliográfico	Sim
q11m_Equipamentos_Máquina Copiadora	Sim
q11o_Equipamentos_Impressora	Sim

Quantidade de computadores de uso exclusivo do Conselho

	Frequência
q12a_Indique a quantidade total de computadores de uso exclusivo do Conselho:	10
q12b_Quantos dos computadores de uso exclusivo do Conselho estão conectados à internet	10

Quantidade de computadores de uso compartilhado do Conselho

	Frequência
q12c_Indique a quantidade total de computadores de uso compartilhado:	0
q12d_Quantos dos computadores de uso compartilhado estão conectados à internet:	0

BLOCO 4 - DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Secretaria Executiva e Funcionamento das reuniões

q13_O Conselho possui Secretaria Executiva (unidade de apoio para seu funcionamento)?	Sim
q14_O(a) Secretário(a) Executivo(a) trabalha exclusivamente no Conselho?	Sim
q15_1_Horário de funcionamento - Dias por semana:	5 dias por semana
q15_2_Horário de funcionamento - Horas por dia:	8 horas por dia
q16_O Conselho tem calendário anual de reuniões ordinárias estabelecido?	Sim
q19_As deliberações/resoluções do Conselho são publicadas em diário oficial?	Todas as deliberações/resoluções são publicadas

Deliberações e Resoluções

q20_ O município (ou estado no caso de CEAS, ou DF no caso do CAS/DF), tem Plano de Assistência Social?	Sim
q21_ O Conselho deliberou sobre o Plano de Assistência Social do município (ou do Estado no caso do CEAS, ou do DF no caso do CAS/DF)?	Sim

Plano de Assistência Social

q22a_ Temas discutidos em 2015_ Plano de Ação	Sim
q22b_ Temas_ Demonstrativo de Execução Físico-Financeira	Sim
q22c_ Temas_ Plano de Assistência Social	Sim
q22d_ Temas_ Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	Sim

Temas discutidos pelo Conselho em 2013

q22e_ Deliberações da(s) Conferência(s)	Sim
q22f_ Planejamento das atividades do Conselho	Sim
q22g_ Acompanhamento do Programa Bolsa Família	Sim
q22h_ Acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada	Sim
q22i_ Benefícios eventuais	Sim
q22j_ Financiamento, implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica	Sim
q22k_ Financiamento, implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Especial	Sim
q22l_ Inscrição de entidades de assistência social	Sim
q22m_ Fiscalização da oferta de serviços públicos e privados de assistência social	Sim
q22n_ Fiscalização da oferta de serviços públicos e privados de assistência social	Sim
q22o_ Intersetorialidade e transversalidade na Política de Assistência Social	Sim
q22p_ Participação popular e mobilização social	Sim

Continua

Continuação

q22q__ Capacitação para trabalhadores, gestores ou conselheiros	Sim
q22r__ Utilização de no mínimo 3% dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF para o desenvolvimento das atividades do Conselho	Sim
q22s__ Avaliação da evolução do SUAS no âmbito municipal ou estadual	Sim
q22t__ Denúncias	Sim
q22u__ Plano Decenal	Sim
q22v__ Acompanhamento de programas e projetos da política de assistência social nacional e local	Sim
q22w__ Mobilização de usuários da Assistência Social para Integração ao mundo do trabalho	Sim
q22x__ Grupos Populacionais Tradicionais e específicos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos e outros)	Sim
q22y__ Inserção de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC na escola	Sim
q22z__ Outros	Sim

Orçamento, fiscalização dos serviços

q23_ O Conselho conhece e acompanha as metas do pacto de aprimoramento em seu município?	Sim
q25_ O Conselho fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS?	Sim, a rede socioassistencial pública e privada do SUAS
q26_ Se sim, informe como a fiscalização é realizada:	Por meio de análise de relatórios
q27_ O conselho tem planejamento das fiscalizações realizadas anualmente?	Sim
q28_ Com que frequência o conselho aprecia o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social?	Trimestralmente
q29_ O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para entidades?	Sim
q31_ O Conselho já regulamentou por meio de resolução própria os Benefícios Eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social? (Decreto nº 6.307/07 e Resolução CNAS nº 39/10)	Não
q32_ O Conselho é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família?	Sim
q33_ O Conselho fiscaliza e acompanha a execução do Programa Bolsa Família?	Sim
q34_ O Conselho acompanha os processos de pactuação da Comissão Intergestora Bipartite ? CIB e da Comissão Intergestora Tripartite? CIT?	Sim, com regularidade
q35_ O Conselho acompanha os processos de pactuação do Conselho Nacional de Assistência Social e do Conselho Estadual de Assistência Social, no caso de municípios.	Sim, com regularidade

Com que frequência esse Conselho:

	Nunca	Mensalmente	Trimestralmente	Semestralmente	Anualmente
q36a_Recebe Denúncia	Não	Sim	Não	Não	Não
q36b_Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros)	Não	Não	Não	Sim	Não
q36c_Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho)	Não	Não	Não	Sim	Não
q36d_Realiza ações de mobilização social	Não	Não	Não	Sim	Não
q36e_Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial	Sim	Não	Não	Não	Não
q36f_Acompanha votações/discussões do Poder Legislativo local	Sim	Não	Não	Não	Não

Considerando a Res. CNAS nº 16/2010 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, etc, nos Conselhos de AS:

Resoluções e Plano de Ação

q38a_ O Conselho regulamentou, por meio de resolução própria (do CMAS/CEAS/CAS/DF), a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais?	Sim

q38b_ O Conselho já estabeleceu, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos,...	Sim

q38c_ O Conselho acompanha a execução dos Planos de Ação apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritas no conselho?	Sim

q39_ O Conselho acompanha o cumprimento das deliberações da Conferência Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social de 2013?	Sim, por meio de comissão não específica

BLOCO 5 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Frequência	
q40_ Qual o tempo de mandato dos Conselheiros desse Conselho?	3 anos

Frequência	
q41_ Quantas vezes cada Conselheiro pode ser reconduzido (por igual período ao mandato)?	1 vez

q42_O Presidente e Vice-presidente do Conselho são eleitos em reunião plenária do Conselho?	Sim
---	-----

	Frequência
q44_Quantos conselheiros do Conselho Estadual de Assistência Social são representantes do Congemas ou Congênere	1

Para o segmento de usuários, quem tem direito a voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil?

q46a_O próprio usuário	Não
q46b_Os representantes e organizações de usuários	Sim
q46c_Este conselho não possui representantes de usuários	Não

Os representantes de usuários ou organizações de usuários são:

q47f_Representante de fórum ou coletivo de usuários	Não
---	-----

q49_O conselho tem comissões permanentes?	Sim
---	-----

Quais das comissões permanentes estão funcionando regularmente nesse Conselho:

q50a_Comissão de normas	Sim
q50b_Comissão de política	Sim
q50c_Comissão de financiamento	Sim
q50e_Comissão de ética	Sim
q50f_Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda (BPC, Programa Bolsa Família, etc.)	Sim

Composição do conselho

	Frequência
q51_1_Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros Titulares	24
q51_2_Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros Suplentes	24
q52_1_Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros representantes do governo	12
q52_2_Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros representante de sociedade civil	12

q53_3_Sexo

	Frequência	Porcentagem válida
Feminino	20	60,6
Masculino	13	39,4
Total	33	100,0

q53_4_Escolaridade

	Frequência	Porcentagem válida
Médio Completo	2	6,1
Superior Incompleto	1	3,0
Superior Completo	27	81,8
Especialização	1	3,0
Mestrado	2	6,1
Total	33	100,0

D53_4_Níveis de escolaridade

	Frequência	Porcentagem válida
Nível Médio	3	9,1
Nível Superior	30	90,9
Total	33	100,0

q53_5_Representação

	Frequência	Porcentagem válida
Sociedade Civil das entidades e Organizações de Assistência Social	12	36,4
Governamental Assistência Social	1	3,0
Governamental Educação	2	6,1
Governamental outras áreas	12	36,4
Governamental Saúde	2	6,1
Sociedade Civil organizações dos usuários	1	3,0
Sociedade Civil organizações dos trabalhadores	3	9,1

q53_6_Função

	Frequência	Porcentagem válida
Conselheiro Presidente	1	3,0
Conselheiro Titular	20	60,6
Conselheiro Suplente	11	33,3
Vice-Presidente	1	3,0
Total	33	100,0

q53_7_Vínculo

	Frequência	Porcentagem válida
Servidor Estatutário	13	39,4
Empregado Público Celetista CLT	2	6,1
Outro vínculo não permanente	3	9,1
Trabalhador de empresa Cooperativa Entidade Prestadora de Serviço	10	30,3
Voluntário	1	3,0
Comissionado	4	12,1
Total	33	100,0

Censo SUAS

CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAL - ESTADO DE SÃO PAULO

Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE

infosocial@sp.gov.br

